



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação - FE
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola
Nacional de Socioeducação - ENS

**Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente:
Uma análise sobre o Município de Porto Real/RJ**

Carla Guacira Rocha Pessoa de Araújo Santos

Brasília, 2022



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação - FE
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola
Nacional de Socioeducação - ENS

**Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente:
Uma análise sobre o Município de Porto Real/RJ**

Carla Guacira Rocha Pessoa de Araújo Santos

Trabalho de conclusão do Curso de
Especialização em Garantia dos Direitos e
Política de Cuidados à Criança e ao
Adolescente.

Orientador: Profº Drº Fernando Bomfim Mariana.

Brasília, 2022

Carla Guacira Rocha Pessoa de Araújo Santos

Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente: Uma análise
sobre o Município de Porto Real/RJ.

Trabalho de conclusão do Curso de
Especialização em Garantia dos Direitos e
Política de Cuidados à Criança e ao
Adolescente.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Bomfim Mariana

Aprovado em: 04/03/2022

Banca Examinadora

Fernando Bomfim Mariana

Orientador

Fátima Ali Abdalah Abdel Cader Nascimento

Examinadora externa

Resumo

O presente trabalho propõe-se a fazer uma análise do Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes na cidade de Porto Real/RJ. O SGDCA vem sendo construído desde a Constituição Federal. O sistema visa a articulação de toda rede governamental e não-governamental que atenda ao público infantojuvenil de forma a garantir efetividade nos atendimentos as demandas inerentes a esse público e suas famílias. Para tanto, realizamos uma pesquisa com 10 participantes, todos atuantes no sistema de garantia de direitos. Os dados foram obtidos por meio de perguntas pré-definidas disponibilizadas no Google Forms. Os dados obtidos foram organizados e analisados de acordo com cada pergunta. Os resultados evidenciaram que todos os participantes possuem cursos de formação na área do atendimento a criança e adolescente e que estes são público-alvo de sua atuação profissional. Parte dos entrevistados não se reconhecem enquanto parte do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente mas mesmo com essa falta de reconhecimento de seu pertencimento ao sistema, todos declaram fazer parte de uma rede que se complementa. As análises das respostas permitem-nos concluir que a pesquisa fomenta o debate sobre o SGDCA, de forma a fortalecer toda rede de proteção para que possamos continuar elaborando estratégias de atendimento, proteção e garantia de todos os direitos inerentes às nossas crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Criança e adolescente; SGDCA; Rede de Proteção.

SUMÁRIO

Introdução	6
Metodologia	11
Levantamento, Análise e Resultado	12
Conclusão	19
Referências	21
Apêndice	23

INTRODUÇÃO

Objetivamos com o presente trabalho ampliar o debate sobre o Sistema de Garantia de Direito da Criança e do Adolescente (SGDCA) dentro da cidade de Porto Real/RJ. Sistema esse, criado em 2006 pela resolução nº 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) como forma de fortalecer a articulação entre os atores envolvidos na defesa, atendimento e proteção das crianças e adolescentes em todo território brasileiro. Aliado a essa questão, pretendemos conhecer os equipamentos e profissionais que fazem parte do SGDCA do município e identificar os avanços e desafios enfrentados durante esses 15 anos de regulamentação do Sistema.

De acordo com o Art. 2º da resolução 113 do Conanda:

“Compete ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente promover, defender e controlar a efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos, em sua integralidade, em favor de todas as crianças e adolescentes, de modo que sejam reconhecidos e respeitados como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento; colocando-os a salvo de ameaças e violações a quaisquer de seus direitos, além de garantir a apuração e reparação dessas ameaças e violações.”

Porto Real é uma cidade de pequeno porte, com aproximadamente 20 mil habitantes e fica localizada na região das Agulhas Negras, no interior do Estado do Rio de Janeiro. A escolha deste município se dá ao fato de ser ambiente de trabalho e morada da pesquisadora. O interesse pelo tema proposto advém da vivência profissional como Assistente Social dentro da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Habitação e atualmente, como Conselheira Tutelar deste município. Acreditamos que tal discussão possa, junto com a literatura já disposta sobre o tema, contribuir de forma reflexiva para a prática profissional de toda rede de atendimento, promoção, defesa e proteção de crianças e adolescentes.

De acordo com o último Censo (2010) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, Porto Real constava de uma população de 4.981 pessoas com idade entre 0-17 anos, o que representava a época 30% da população total do município.

O discurso de proteção e defesa de crianças e adolescentes pautado no princípio da Proteção Integral é recente no histórico nacional, até a década de 90 esses eram

vistos como seres que precisavam ser tutelados, que não dispunham de direitos, garantias e nem liberdades. Com o aumento das expressões da questão social e demandas alarmantes de crianças e adolescentes em situação de rua, temos em 1927 a criação do Código Mello de Matos, tendo como foco de atuação apenas as crianças “expostas, abandonadas ou delinquentes”¹, ou seja, apenas os infantes pertencentes a famílias em situação de vulnerabilidade sofriam com as apreensões e repressões do Estado, transformando a falta de acesso à bens e serviços e às políticas públicas em uma questão de polícia. Conhecida como Doutrina da Situação Irregular sua concepção foi sustentada durante todo século XX.

Em 1979 temos a promulgação da lei nº 6.679 o Código de Menores, com pouca alteração ante a seu antecessor jurídico, permanecendo a concepção de controle social da infância e juventude “irregular”.

“O ciclo perverso de institucionalização compulsória, além dos danos causados ao desenvolvimento pessoal e social das crianças e adolescentes, era antijurídico em sua essência, uma vez que agredia frontalmente os mais elementares princípios do direito, ao privar pessoas de liberdade sem garantia do devido processo.” (COSTA, p. 16)

Apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988, da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças ocorrido em 1989 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, é que o olhar sobre as crianças e adolescentes ganha outros contornos, deixando de lado a antiga doutrina e dando espaço ao início da Doutrina da Proteção Integral.

Gadelha (2006, p. 68) pontua que a partir desse momento crianças e adolescentes começam a ser enxergados enquanto sujeitos e/ou titulares de direitos, deixando de serem meros receptores da caridade e tutela alheia, suas necessidades básicas passam a ser vistas não como favor ou benevolência mas como direitos assegurados por lei.

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à

1 Artigos 14, 26 e 69 do Código Mello de Matos

profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (CF 88, art. 227)

Os avanços legais conquistados ao longo das décadas de 80 e 90 foram transformadores tanto na visão sobre a infância e adolescência quanto na forma como esses devem ser tratados. Porém, as legislações, planos e regulamentações não conseguem sozinhos iniciar a transformação necessária para afetar de fato a vida cotidiana, superar anos de exclusão leva tempo e demanda ações efetivas que visem suplantando o passado.

Para a efetiva promoção dos direitos referentes aos nossos infantes é necessário que toda rede de proteção integrante do Sistema de Garantia de direitos trabalhe de forma intersetorial, promovendo efetividade e garantindo o cumprimento da Proteção Integral prevista.

De acordo com Rizzini (2006, p. 112) historicamente as políticas sociais no Brasil, “se configuram em um campo de lutas onde forças desiguais se enfrentam”. O que vem sendo combatido dia a dia desde a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Em 2004, temos a consolidação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS que “firma princípios que visam romper com práticas autoritárias e verticalizadas, criando condições ideológicas e culturais para a formação de redes.” (RIZZINI, p. 114).

“O trabalho de rede não visa somente à otimização dos esforços, mas à valorização do contexto de vida do sujeito, priorizando o atendimento pelas instituições e pessoas inseridas no seu meio social. É de fundamental importância frisar que a constituição de uma rede integrada, que ofereça um atendimento integral às crianças, aos adolescentes e suas famílias, deve estar articulada com os diversos setores das políticas sociais – assistência social, saúde, educação, habitação, planejamento, entre outros.” (RIZZINI, p. 115)

Seguindo a lógica do trabalho em rede já definido no artigo 227 da CF, o ECA em seu artigo 4º pontua novamente que “É dever da família, da comunidade, da

sociedade em geral e do poder público” assegurar todos os direitos atribuídos às crianças e adolescentes. Como base para o trabalho ligado à infância e juventude, o ECA é o principal ordenamento jurídico brasileiro para esse público, constando de 267 artigos, o Estatuto é reconhecido mundialmente por sua amplitude e forma como prevê a proteção de crianças e adolescentes.

De acordo com Motti e Santos (2006, p. 85) o artigo 227 da CF *acrescido do artigo 4^o* e do artigo 86 do ECA configura o que denominamos de Rede de Proteção Social.

“A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios.” (ECA, art. 86)

A normatização do SGDCA chega com o intuito de regulamentar as redes de proteção social voltadas a infância e juventude, atribuindo a todos os atores e instituições envolvidas nesse sistema, o dever de assegurar com absoluta prioridade todos os direitos das crianças e adolescentes.

“O SGD tem a finalidade específica de promover a exigibilidade do direito, na hipótese em que o Estado, a sociedade e a família deixarem de cumprir seus deveres. Nesse sentido, deve ser concebido exatamente para que possam ser delimitadas as suas responsabilidades pessoais, familiares, profissionais e institucionais. Discutir essas responsabilidades é também tratar dos direitos que foram ameaçados ou violados.” (GADELHA, 2006, p. 71)

A resolução nº 113 do Conanda pontua que o SGDCA desenvolve-se em 03 eixos principais: Defesa dos direitos humanos, Promoção dos direitos humanos e Controle da efetivação dos direitos humanos. Ao eixo defesa, cabe a garantia de acesso à justiça, fazendo parte os seguintes órgãos públicos: Conselhos Tutelares, Ministério Público, Advocacia Geral da União, Procuradorias do Estado, Judiciário, Defensoria Pública, Ouvidorias, Polícia Civil Judiciária e Polícia Militar.

O eixo de Promoção dos direitos humanos operacionaliza-se através da política de atendimento às crianças e adolescentes, é o maior eixo do SGD já que se desenvolve

2 Grifo nosso.

de maneira transversal e intersetorial englobando todos atores envolvidos na execução das mais diversas políticas públicas, como assistência social, saúde, educação, segurança, habitação, etc.

O eixo Controle, visa o controle social das ações públicas de defesa e promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes, devendo ser realizadas através de instâncias colegiadas com paridade de participação entre órgãos públicos e representantes da sociedade civil. Sendo esses espaços os Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente, conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas e também, os órgãos e poderes definidos nos artigos 70 à 75 da Constituição Federal.

Podemos observar que o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e dos Adolescentes é um sistema que vem sendo construído e pensado desde a Constituição Federal, tomando forma a partir da resolução 113 do Conanda e que segue sendo aperfeiçoado em cada uma das unidades federativas. Cabe a nós analisarmos o funcionamento desse sistema essencial para a defesa, promoção e controle das políticas voltas a infância e juventude e verificarmos se o mesmo tem funcionado em nosso município de acordo com suas diretrizes.

Importante frisarmos que o atendimento às crianças e adolescentes não deve ser visto tão somente como uma prestação de serviço público, mas sim como um compromisso assumido por cada cidadão e que deve ser efetivado de forma individual e coletiva.

Tomaremos como problemática principal para elaboração desse projeto, o trabalho em rede do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente (SGDCA) do município de Porto Real/RJ. Ao ingressar nessa realidade surgiram questionamentos que esperamos responder ao longo da pesquisa, sendo eles: Porque trabalhar em rede? Quais indivíduos envolvidos nessa rede? O sistema de garantia de direitos possui um fluxo de atendimento definido? Quais os limites a sua materialização? Esse sistema atende ao dever de proteção as crianças e adolescentes? Quais desafios postos na atualidade para os indivíduos envolvidos nessa rede?

Para nos direcionar nessa trajetória de pesquisa escolhemos como objetivo geral compreender o funcionamento do SGDCA em Porto Real e como objetivos específicos: Conhecer seus atores, melhorar a compreensão das atribuições interinstitucionais e

incentivar a criação de um fórum municipal permanente que verse sobre as políticas voltadas às crianças e adolescentes de nossa cidade.

Metodologia

Para realização da pesquisa, utilizamos a abordagem qualitativa visando analisar e interpretar as diversas representações sociais observadas ao longo de sua elaboração. O método utilizado para alcançarmos nossos objetivos, além da pesquisa bibliográfica e documental, foi a aplicação de um questionário estruturado a atores atuantes dentro do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e adolescente (SGDCA) do município de Porto Real. Pelo pouco tempo para elaboração deste trabalho de conclusão o quesito utilizado para selecionar os participantes foi a proximidade destes com a pesquisadora, de forma que pudéssemos realizar o questionário online (aplicativo whatsapp).

O SGDCA é composto por uma rede de serviços que devem ser prestados de forma articulada, visando a garantia de todos os direitos atribuídos às crianças e adolescentes pelos organismos legais e também, pelos acordos internacionais. O Sistema é dividido em três eixos³: Defesa, Promoção e Controle. No eixo defesa dispomos dos seguintes órgãos públicos em rede nacional: Judiciais, público-ministeriais, defensorias públicas, advocacia geral da união e as procuradorias gerais dos estados, polícia civil judiciária, polícia militar, conselhos tutelares e ouvidorias.

Dos órgãos citados, dentro do município de Porto Real, contamos com uma vara única e um ministério público do Estado que atendem aos municípios de Porto Real e Quatis, uma defensoria pública, um departamento de polícia civil, um departamento de polícia militar e um conselho tutelar. Temos hoje a ouvidoria do ministério da mulher, da família e dos direitos humanos que através do disque 100, recebe e encaminha as denúncias recebidas para cada órgão competente.

No eixo estratégico de promoção aos direitos das crianças e adolescentes temos a integração de todas as políticas públicas voltadas a este público, sejam elas de habitação, educação, saúde, assistencial, lazer, cultura ou segurança pública. A exemplo desse eixo dentro do município de Porto Real podemos citar os Centros de Referências da Assistência Social (CRASs), Centro de Referência Especializado de Assistência

3 De acordo com a Resolução nº 113 de 19 de Abril de 2006 do CONANDA.

Social (CREAS), Centro de acolhimento institucional, Escolas, bem como a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Secretária Municipal de saúde e suas ramificações (Posto de Saúde, central de vacina, hospital municipal, ambulatório de saúde mental Etc.). Alguns órgãos de defesa, também atuam no eixo de promoção visto que também executam os direitos previstos, os transformando em ação, como o Conselho Tutelar e a Defensoria Pública, que trabalham no atendimento direto das crianças, adolescentes e suas famílias.

No eixo promoção temos os Conselho de Defesa das crianças e adolescentes, que ocupam o âmbito municipal, estadual e federal. Em Porto Real temos instituído o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente pela lei nº 31 de 11 de Junho de 1998, onde podemos encontrar a definição em âmbito municipal da política de atendimento dos Direitos da criança e do adolescente.

Nossa pesquisa se dará em Porto Real um município de pequeno porte, localizado no interior do Estado do Rio de Janeiro, com população estimada em 2021 pelo IBGE de 20.254 habitantes. Tentamos variar o tipo de contratação dos entrevistados, de forma a termos mais abrangência nas respostas. Utilizamos o contato on-line (whatsapp) como forma de abordagem aos entrevistados. Após assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) os mesmos receberam 07 perguntas pré-definidas e iguais. O questionário foi realizado no mês de janeiro/2022.

Levantamento, Análise e Resultado

A partir do século XIX inicia-se as transformações políticas, sociais e econômicas no mundo ocidental, nesse momento o conceito de infância começa a criar outros contornos e significados, “a criança deixa de ser objeto de interesse, preocupação e ação no âmbito privado da família e da Igreja para torna-se uma questão de cunho social, de competência administrativa do Estado.” (RIZZINI, 2008, p. 23).

Neste contexto concordamos com Bobbio que “os direitos humanos, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem todos de uma vez por todas” (BOBBIO, 2004, p. 5). Com os direitos de crianças e adolescentes não ocorreu

de forma diferente, esses foram evoluindo durante anos e firmando seu ápice, no Brasil, com a promulgação do nosso Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Infelizmente, mesmo dispondo de uma lei reconhecida mundialmente, grande parte de nossas crianças e adolescentes ainda seguem sem garantia plena de seus direitos, ficando por muitas vezes expostas a desproteção do Estado, de suas famílias e da sociedade.

Quando escolhemos o SGDCA para dissertar em nossa pesquisa, o fizemos pois reconhecemos sua importância em garantir não somente proteção às infâncias e adolescências, mas por ser um sistema capaz de efetivar direitos, promover cuidados e auxiliar junto às instâncias públicas a implementação de programas, projetos e leis que valorizassem esse público, responsabilizando a quem é de direito (Estado, família e sociedade) para que esse processo de desenvolvimento que se estende desde o nosso nascimento até completarmos a maioridade, fosse um espaço-tempo protegido, garantindo as crianças e adolescentes um momento pleno e saudável de crescimento.

Parafraseando Gadelha, o ECA surge com a proposta de criar um sistema de garantia de direitos (SGD), assegurando que atores e instituições responsáveis por essa garantia de direitos pudessem trabalhar de forma ordenada, articulada e integrada. Além de definir a cada ator envolvido sua responsabilização, conforme exposto: Cabe à Família o dever de criar e educar, à Sociedade a obrigação de zelar por todas as crianças e adolescentes e ao Estado “a competência de executar e promover políticas públicas capazes de garantir o atendimento dos direitos assegurados por lei.” (GADELHA, 2012, pág. 70)

Observamos que o SGD é bastante parecido com o trabalho em rede, defendido em tantas instâncias de políticas públicas como forma de um atendimento as demandas dos indivíduos em sua integralidade. Dentro da política de assistência social desde a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) consolidada em 2004 que se busca romper com as práticas fragmentadas e verticalizadas de forma a superar o isolamento das ações e promover o trabalho em rede.

Se tratando da rede de atendimento integral à criança, aos adolescentes e suas famílias, Rizzini (2006, pág. 115) pontua que “deve estar articulada com os diversos setores das políticas sociais – assistência social, saúde, educação, habitação, planejamento, entre outros.”.

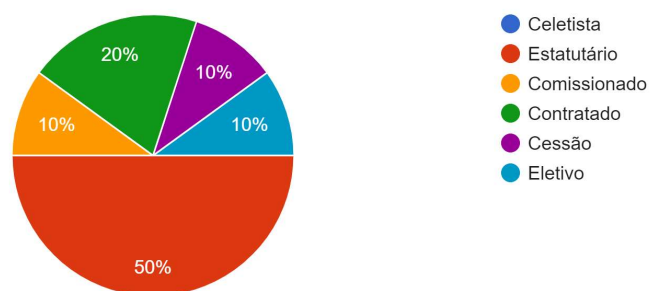
Para realizarmos nossa pesquisa junto ao SGDCA do município de Porto Real/RJ entramos em contato com 37 atores desse sistema, apenas 10 se dispuseram a participar de nossa pesquisa. Formulamos 14 perguntas, sendo 08 delas com respostas pré-definidas como sim ou não.

A primeira pergunta foi se esses profissionais se reconheciam enquanto parte do Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes dentro do seu município de atuação (Porto Real/RJ), 07 afirmaram que sim e 03 declaram não fazer parte. Já era esperado que alguns desses atores respondessem que não, já que é sabido que mesmo sendo engrenagem importante para o funcionamento desse Sistema, alguns profissionais não se reconhecem enquanto parte dele, fato importante e que deve tão logo ser superado.

Na segunda e terceira perguntas os entrevistados responderam respectivamente seu local de atuação e seu vínculo empregatício, tivemos 03 participantes do Conselho Tutelar, 01 participante do Centro de Referência da Assistência Social, 01 do Centro de Referência Especializado da Assistência Social, 01 do ambulatório de saúde mental, 01 do Acolhimento Institucional e 02 da Secretária de Educação.

Figura 1: Vínculo com o Município de Porto Real/RJ.

Qual seu vínculo empregatício?
10 respostas



Fonte: protocolo de sistematização de dados.

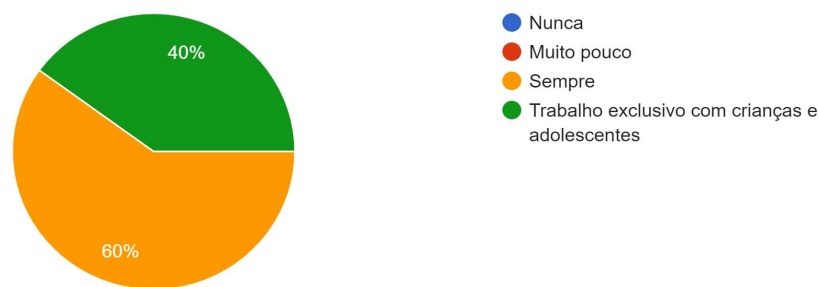
Na quarta pergunta questionamos se os entrevistados já haviam realizado capacitações na área da infância e adolescência e a resposta foi unânime, todos os atores em algum momento já haviam realizado capacitações sobre o tema.

A pergunta seguinte buscamos entender como se dá o atendimento as crianças e adolescentes dentro do espaço de atuação dos entrevistados, dispusemos de quatro respostas pré-definidas, os dados obtidos constam da Figura 2.

Figura 2: Frequência de atendimento de criança e adolescente.

Com que frequência o atendimento envolvendo crianças e adolescentes é desenvolvido em seu local de trabalho?

10 respostas



Fonte: protocolo de sistematização de dados.

Observa-se que todos os participantes, mesmo aqueles que declararam não fazer parte do Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes, afirmam que o atendimento as demandas infanto-juvenis é realizada de forma corriqueira em seus ambientes de trabalho.

Nas duas perguntas seguintes objetivamos entender se existe e como se dá o fluxo de atendimento à criança, ao adolescente e seus familiares no município de Porto Real/RJ, metade dos entrevistados afirma existe um fluxo e a outra metade discorda. Aos que afirmaram existir um fluxo de atendimento perguntamos como se dava esse a construção desse fluxo e recebemos respostas diversas. Sendo elas:

- Através do Conselho Tutelar a família é encaminhada para a rede de acompanhamento
- Atendimento na saúde, educação e assistência.
- Observo que há atendimento em diversas esferas , desde a Assistência Social, através do CRAS, CREAS , CMDCA ,Conselho Tutelar, na saúde, saúde mental, pediatria, hebiatria, até a Educação , com Projetos Integradores , assistência familiar e de desenvolvimento pedagógico e biopsicossocial.

- Existe a Rede de Atenção Básica através dos CRAS, e Atenção Especial através do CREAs e Conselho Tutelar, e a Saúde com suporte.
- Geralmente as crianças e adolescentes são encaminhados via Conselho Tutelar, CREAs, Casa Abrigo, Delegacia, Fórum, Degase, Educação. Poucos casos vão por demanda espontânea ⁴

Observamos que os entrevistados conhecem bem os diversos equipamentos que fazem parte do SGDCA mas desconhecem o que de fato significa um fluxo de atendimento. Para que de fato consigamos por em prática um fluxo de atendimento à criança e ao adolescente é necessário, de acordo com Rizzini (2006, pág. 120):

“...levantar, contatar e definir as instituições, programas, projetos e serviços de referência, as normas a serem utilizadas e condições de atendimento de cada setor. As equipes das instituições participantes deverão estar cientes e preparadas para essa nova concepção de trabalho. Nem todos os locais têm as mesmas condições de oferta de serviços, públicos ou não. Nesses casos, além do mapeamento das instituições capazes de dar suporte à rede, os grupos deverão planejar estratégias de pressão para a implementação de políticas públicas e instigar e apoiar as organizações locais, com o objetivo de reduzi as lacunas de atendimento”.

O estabelecimento do fluxo de atendimento da rede visa acabar com excesso de atendimentos realizados sobre o mesmo assunto, o que põe crianças, adolescentes e suas famílias em um processo de reavaliações desnecessárias, e por vezes, de revitimização. Com a implementação de um fluxo é possível garantir um atendimento integralizado dos sujeitos, de forma a garantir que suas demandas sejam supridas de forma plena.

Nas perguntas de número 8, 9 e 10 questionamos nossos entrevistados sobre se estes trabalham em rede, com quais equipamentos mais se articulam no seu dia a dia e qual sua opinião sobre o Trabalho em Rede desenvolvido no município de Porto Real/RJ. Todos os profissionais concordam que trabalham em rede e apresentamos na Figura 3 os equipamentos mais citados.

4 Respostas retiradas de forma fidedigna do questionário disposto no Apêndice.

Figura 3: Equipamentos que participam da rede de atendimento.



Fonte: protocolo de sistematização de dados.

Quanto a opinião de cada entrevistado sobre o trabalho em rede, uma resposta nos chamou maior atenção, “*Penso que tem que formalizar esse fluxo, cada equipamento ter sua função bem definida. O trabalho em rede é uma engrenagem, se um segmento não funciona, compromete todo o trabalho.*”. Podemos observar que já existe entre os atores do SGDCA um incomodo quanto a falta de um fluxo de atendimento à criança e ao adolescente dentro do município, o que podemos analisar como uma necessidade latente, já que a falta de um fluxo de atendimento pode significar o funcionamento inadequado da rede de proteção.

Sobre os equipamentos e órgãos citados na tabela acima, observamos que mesmo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) sendo órgão colegiado e participativo que visa garantir a proteção integral a todas crianças e adolescentes do município não foi citado uma única vez como parte da rede de Porto Real, um dado alarmante e nos chama atenção, já que o CMDCA é instância máxima de participação social na elaboração da política municipal de crianças e adolescentes, além de gerir o fundo municipal destinado a esse público.

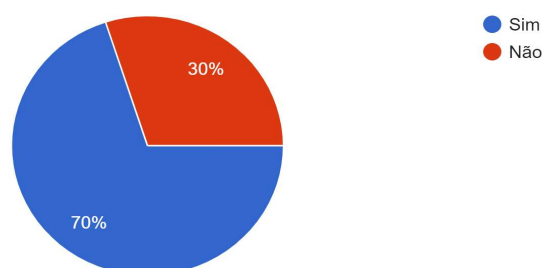
A pergunta seguinte visou analisar o entendimento dos participantes quanto sua responsabilização dentro do SGDCA, bem como, verificar se existe entre os órgãos e equipamentos algum que sofreriam uma cobrança por parte da rede de maior atuação em casos envolvendo crianças e adolescentes. Lembrando que a rede de proteção que

forma o SGDCA deve trabalhar de forma horizontal, cada qual atendendo suas demandas específicas, porém, não existe nenhum tipo de hierarquia ou de “maior responsabilidade”, cada equipamento é uma engrenagem importante que deve funcionar de forma conjunta.

Figura 4: Distribuição das responsabilidades entre os equipamentos

A seu ver existe um equipamento que tenha maior responsabilidade pelo atendimento das demandas inerentes a infância e juventude em Porto Real?

10 respostas



Fonte: Protocolo de sistematização dos dados

A resposta obtida é resultado já observado no cotidiano profissional desta pesquisadora, no qual o Conselho Tutelar é chamado a suprir demandas de vários equipamentos pelo simples fato de crianças e adolescentes estarem envolvidos. Mesmo aqueles que se entendem fazendo parte do SGDCA acabam, por vezes, responsabilizando o Conselho Tutelar como se este tivesse de alguma forma um “dever maior” de proteção à infância e adolescência. Cabe ressaltar que o Conselho Tutelar é órgão representativo da sociedade, formado por 05 membros eleitos pela comunidade para garantir os direitos de crianças e adolescentes de seu município. O resultado observado condiz com a falta de conhecimento dos atores da rede sobre as atribuições deste órgão, bem como, com a falta de um fluxo de atendimento definido, que garanta uma pontuação a cerca das demandas que devem ou não serem encaminhado e atendidas pelo Conselho Tutelar.

Nossa última pergunta teve como propósito instigar os entrevistados a pensarem sobre as suas atribuições e competências de seu equipamento que visem a garantia dos direitos infanto-juvenis. O que pudemos testemunhar é que os profissionais não só

desconhecem as atribuições das outras engrenagens do SGDCA como também ignoram suas próprias atribuições.

Conclusão

Ao longo da pesquisa tentamos responder alguns questionamentos, o primeiro deles foi: “Porque trabalhar em rede?”. Segundo Rizzini (2006, pág. 114),

“A Política Nacional de Assistência Social, consolidada em 2004, firma princípios que visam romper com práticas autoritárias e verticalizadas, criando condições ideológicas e culturais para a formação de redes. A matricialidade na família, centrando a política de assistência social nas necessidades do grupo familiar e na convivência familiar e comunitária, obriga seus agentes a se voltarem para o conhecimento e o fortalecimento de suas redes sociais.”

A ideia do trabalho em rede deve sempre pautar seus interesses nas relações e interações entre os diversos espaços institucionais e atores envolvidos nas demandas atendidas, pressupõe-se que todos os indivíduos possuem capacidade e recursos inerentes as suas funções e que com o trabalho em rede tendem a se complementar, garantindo assim integralidade nos atendimentos realizados. Durante a pesquisa pudemos observar que a opinião dos entrevistados sobre o trabalho em rede é unânime, todos reconhecem a importância dessa articulação para a realização de um bom trabalho.

Quando falamos da rede de proteção de crianças e adolescentes temos disposto um rol grande de indivíduos envolvidos, parafraseando o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente: É dever da Família, Sociedade e Estado assegurar com absoluta prioridade os direitos inerentes as crianças e adolescentes. E partindo desse artigo podemos observar a distinção entre a rede de proteção e o SGDCA, Gadelha (2012, p. 78) expõe que o “SGD tem a finalidade específica de promover a exigibilidade do direito.”, ou seja, o sistema de garantias entra em ação a partir do momento em que a família, sociedade ou Estado deixam de cumprir seus deveres colocando crianças e adolescentes em situação de desproteção ou risco.

Outra diferença entre o sistema de garantias e a rede de proteção é que o SGDCA por mais que garanta a participação popular, prioritariamente através dos Conselho de Direitos, é um Sistema que demanda maior profissionalismo. Trabalhamos

no SGDCA com políticas públicas voltadas as crianças e adolescentes e já nesse momento, as famílias não aparecem mais como indivíduo participante mas sim como foco de trabalho e proteção.

Na cidade de Porto Real ainda não existe um fluxo de atendimento definido que contemple todos os indivíduos parte do sistema de garantias, somente nesse mês de fevereiro/2022 iniciamos o debate sobre a criação de um plano de prevenção à violência contra crianças e adolescentes e a partir desse plano, esperamos que se efetive a construção do fluxo. Alguns profissionais participantes da pesquisa assinalaram já existir tal fluxo, o que nos indica que em alguns equipamentos mesmo que não se tenha um consenso, a utilização de um fluxo se faz presente.

O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente é uma realidade municipal, já que dispomos de todos os órgãos e equipamentos parte desse sistema, o que podemos observar com a pesquisa é que falta conhecimento sobre a importância da articulação e fortalecimento dos eixos de defesa, promoção e controle previstos no ECA. A realização de capacitações seria um ponto de partida essencial como forma de sensibilizar os atores desse sistema da sua importância individual e coletiva.

Referências

- ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BRASIL. Constituição Federativa da República do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21/12/2021;
- _____. Decreto nº 17.943-A de 12 de Outubro de 1927 (Código Mello de Matos). Brasília, 1927. Disponível em: [D17943A \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/17943A.htm). Acesso em: 21/12/2021;
- _____. Lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979 (Código de Menores). Brasília, 1979. Disponível em: [L6697 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/6697.htm). Acesso em: 21/12/2021;
- _____. Diagnóstico Intersetorial Municipal – Desenvolvimento das ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Ministério do Desenvolvimento Social, Brasília, 2016.
- CEDECA. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei federal nº 8069 de 13 de Julho de 1990 – Versão atualizada, Rio de Janeiro, 2020;
- CONANDA. Resolução n.º 113/2006, dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização do Sistema de Garantia de Direitos. Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, 2006;
- COSTA, Antonio Carlos Gomes da (org.). Socioeducação: Estrutura e funcionamento da Comunidade Educativa. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH. Brasília, 2006;
- GADELHA, Graça et al. O Sistema de garantias de direitos de crianças e adolescentes. In: Material de capacitação online PAIR. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2012;
- MOTTI, Antonio José Angelo e SANTOS, Joseleno Vieira dos. Redes de proteção à criança e ao adolescente: Limites e possibilidades. In: Material de capacitação online PAIR. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2012;
- RIZZINI, Irene (org.). Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo: Editora Cortez, 2006;

_____. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

Apêndices

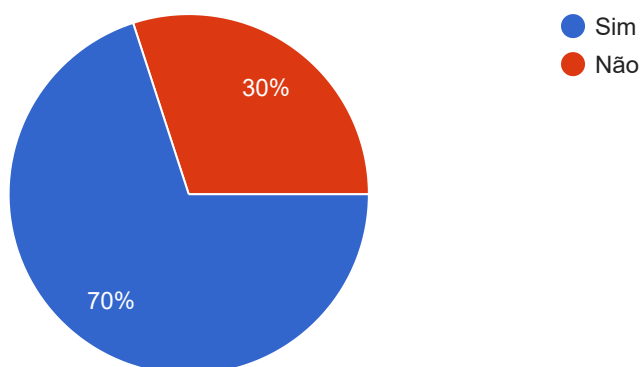
Pesquisa: Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente: Uma análise sobre o Município de Porto Real/RJ.

10 respostas

[Publicar análise](#)

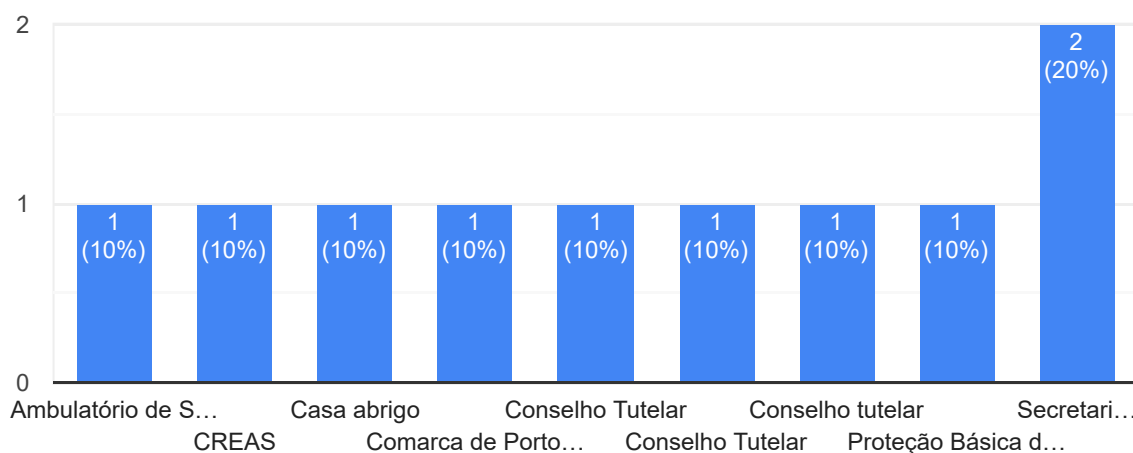
Você atua no Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) em Porto Real?

10 respostas



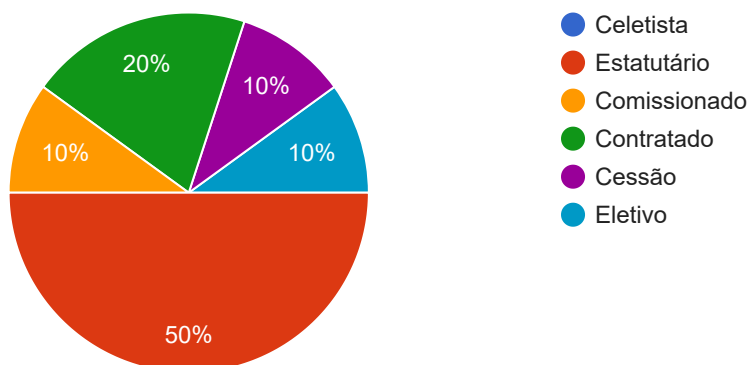
Qual seu órgão de atuação?

10 respostas



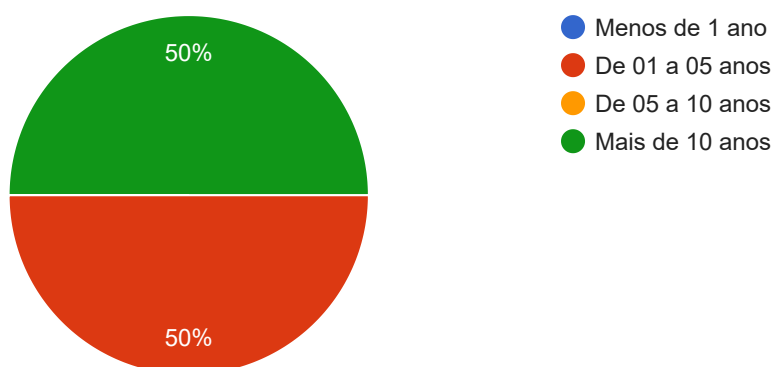
Qual seu vínculo empregatício?

10 respostas



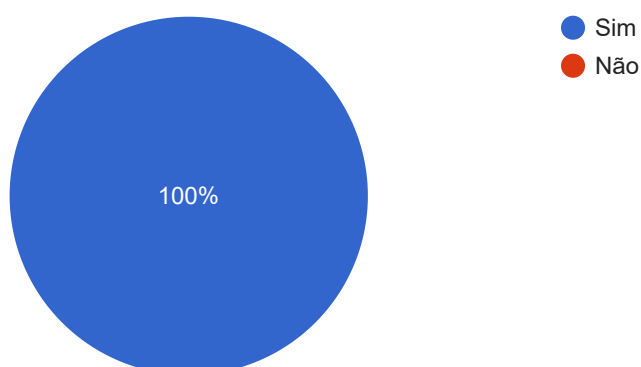
Há quanto tempo exerce sua atual função?

10 respostas



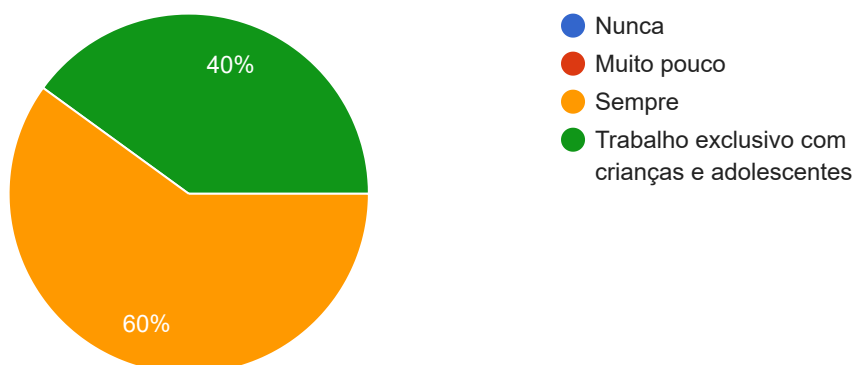
Já realizou alguma capacitação/atualização ou curso na área da infância e adolescência ?

10 respostas



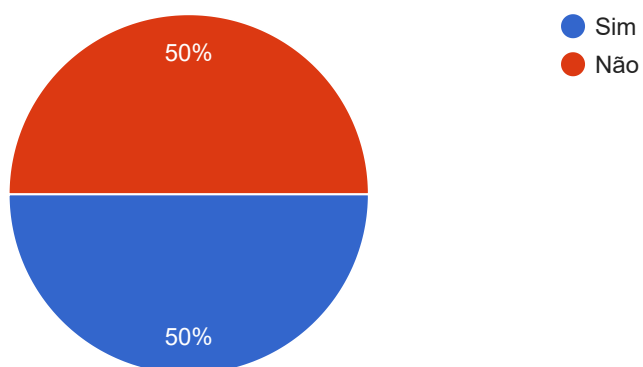
Com que frequência o atendimento envolvendo crianças e adolescentes é desenvolvido em seu local de trabalho?

10 respostas



Existe um fluxo de atendimento a crianças e adolescentes em sua cidade de atuação?

10 respostas



Existe um fluxo de atendimento a crianças e adolescentes em sua cidade de atuação? Caso positivo, nos explique como funciona.

7 respostas

Através do Conselho Tutelar a família é encaminhada para a rede de acompanhamento

Atendimento na saúde, educação e assistência.

Observo que há atendimento em diversas esferas , desde a Assistência Social, através do CRAS, CREAS , CMDCA ,Conselho Tutelar, na saúde, saúde mental, pediatria, hebiatria, até a Educação , com Projetos Integradores , assistência familiar e de desenvolvimento pedagógico e biopsicossocial.

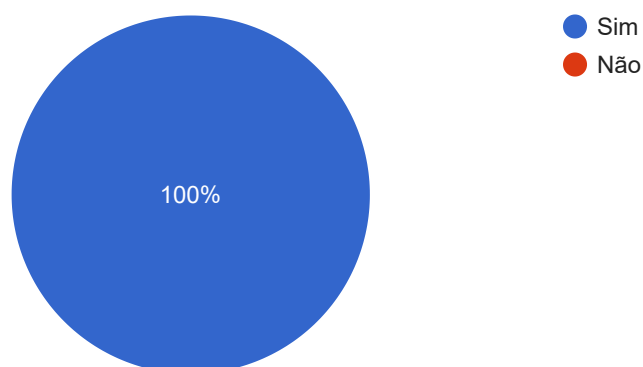
Existe a Rede de Atenção Básica através dos CRAS, e Atenção Especial através do CREAs e Conselho Tutelar, e a Saúde com suporte.

Geralmente as crianças e adolescentes são encaminhados via Conselho Tutelar, CREAs, Casa Abrigo, Delegacia, Fórum, Degase, Educação. Poucos casos vão por demanda espontânea

Não

Você trabalha em rede?

10 respostas



Você trabalha em rede? Caso positivo, nos informe qual e/ou quais órgãos públicos que você mais se articula em seu dia-a-dia.

10 respostas

Conselho Tutelar, Educação, Saúde Mental, Ministério Público.

Creas, cras ,ambulatório de Saúde mental e casa abrigo

CREAS, atenção básica de saúde, Habitação, outros.

CREAS, CRAS, saúde mental,caps

Saúde, educação, assistência, etc.

CREAS, CRAS, Instituição de acolhimento, Saúde Mental e Secretaria de Educação

Atualmente, com a Procuradoria e Saúde , em consonância com a Educação.

Ministério Público, Defensoria Pública, CREAS, Casa Abrigo (instituição de acolhimento), , CRAS, Conselho Tutelar, na saúde: CAPS, Ambulatório de Saúde Mental, Serviço Social da Saúde. Educação: escolas e creches.



Qual sua opinião sobre o trabalho em rede?

10 respostas

Penso que tem que formalizar esse fluxo, cada equipamento ter sua função bem definida. O trabalho em rede é uma engrenagem, se um segmento não funciona, compromete todo o trabalho.

Muito importante para reorganizar e traçar objetivos dos casos com demandas.

Essencial para a garantia do acesso aos direitos do cidadão. O trabalho em rede é a garantia de um trabalho completo, responsável e com qualidade.

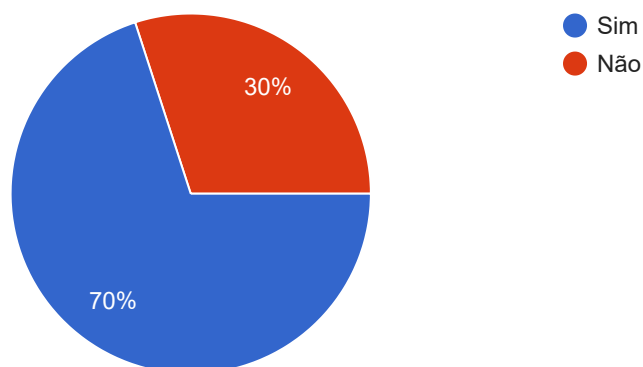
É importante que se faça o trabalho em conjunto com a rede ,pois ela contribui para que os encaminhamentos realizados pelos conselheiros tenham resultados positivos, pois eles precisam acionar diversos serviços públicos para executar suas decisões.

Discussão em conjunto, construção democrática, de diálogo e confiança.

O trabalho em rede é essencial para a efetivação do SGDCA, somente com diálogo e articulação em rede podemos de fato zelar pela garantia de direitos, com cada ator cumprindo seu papel.

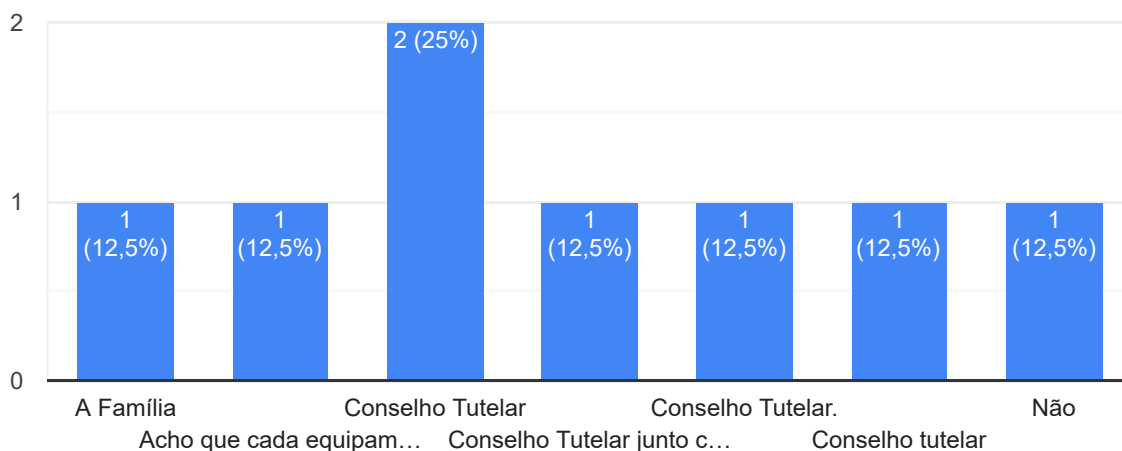
A seu ver existe um equipamento que tenha maior responsabilidade pelo atendimento das demandas inerentes a infância e juventude em Porto Real?

10 respostas



A seu ver existe um equipamento que tenha maior responsabilidade pelo atendimento das demandas inerentes a infância e juventude em Porto Real? Caso positivo, nos indique qual seria.

8 respostas



A partir de sua atuação profissional, quais atribuições seu órgão/equipamento deve desenvolver como forma de garantir os direitos infanto-juvenis?

10 respostas

Realizamos apoio, orientação, encaminhamentos, confecção de relatórios para MP, CT, Fórum, Hospital etc. A principal função é fortalecer os vínculos familiares e que as situações de violação de direitos cessem.

Garantir o direito da criança/adolescente.

Acesso a documentação civil; acesso a programas sociais para este público; acesso a serviços e programas; encaminhamento para jovem aprendiz ou primeiro emprego; acesso ao mundo do trabalho, principalmente para jovens com deficiência... Entre outros.

O conselheiro tutelar atende crianças e adolescentes diante de situações de violação de direitos. Também é papel do conselheiro atender e aconselhar os pais ou responsáveis dessas crianças e adolescentes. A partir do atendimento, o profissional aplica medidas de proteção

Garantir que uma criança com alguma dificuldade na comunicação ou no processo de



